



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638745 - RJ (2021/0002037-1)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
MARIA LUIZA ALVES
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : RAI VALENTIM DE SOUZA FRANCISCO (PRESO)
OUTRO NOME : RAI VALENTIM DE SOUZA FERREIRA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RAI VALENTIM DE SOUZA FRANCISCO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (Apelação Criminal n. 0143306-58.2019.8.19.0001).

O paciente foi condenado às penas de 13 anos e 4 meses de reclusão no regime inicial fechado e de 26 dias-multa, à razão do valor unitário mínimo, pela prática do crime previsto no art. 157, § 2º, II, e § 2º-A, I, do Código Penal, por duas vezes.

A impetrante sustenta a nulidade da condenação, ao argumento de que fundada exclusivamente em elementos de informação colhidos na fase policial.

Alega a necessidade de apreensão e perícia da arma de fogo para a aplicação da causa de aumento prevista no art. 157, § 2º-A, I, do CP.

Defende o reconhecimento da continuidade delitiva, conforme prevê o art. 71 do CP.

Requer, liminarmente, a anulação do decreto condenatório ou, de forma alternativa, o afastamento da majorante pelo emprego de arma de fogo e, ainda, o reconhecimento do crime continuado. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a medida liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente